



**LEI Nº 1.676/2019**

**EMENTA:** Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural, Natural, Histórico e Arquitetônico do Município de Sertânia e autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, Natural, Histórico e Arquitetônico do Município de Sertânia e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Sertânia, Estado de Pernambuco da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais, naturais, históricos e arquitetônicos, de propriedade pública ou particular, de natureza material ou imaterial, localizados no território do Município de Sertânia, que importe preservar por seu valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico, bibliográfico, folclórico ou paisagístico.

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, Natural, Histórico e Arquitetônico do Município de Sertânia, órgão de assessoramento à Prefeitura Municipal, com atribuições específicas de zelar e defender a preservação do Patrimônio Cultural, Natural, Histórico e Arquitetônico do Município.

**Art. 3º** - O Conselho instituirá e manterá o Livro de Tombo, para a inscrição dos bens que citados no artigo 1º, tenham seu tombamento efetuado.

§ 1º - Efetua-se o tombamento mediante resolução da maioria dos membros do Conselho, discriminando as características do bem.

§ 2º - A resolução do Conselho, depois de homologada por Decreto do Prefeito, será inscrita no Livro de Tombo, referido no *caput* deste artigo.

§ 3º - O tombamento somente poderá ser cancelado com a anuência do Conselho, por maioria absoluta de seus membros.

**Art. 4º** - Consideram-se tombados pelo Município, sendo automaticamente levados a registros, todos os bens que, situados no seu território, tenham sido tombados pela União ou pelo Estado de Pernambuco.

**Art. 5º** - As restrições à livre disposição, uso e gozo dos bens tombados, bem como as sanções ao seu desrespeito, são os estabelecidos nas legislações federal e estadual, cabendo à Prefeitura providenciar sua aplicação em cada caso.

**Art. 6º** - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, Natural, Histórico e Arquitetônico, incentivos fiscais e creditícios a serem dispensados aos bens tombados.



**Art. 7º** - A alienação onerosa de bens tombados fica sujeita de preferência, a ser exercida pela Prefeitura, na conformidade das disposições específicas do Decreto – Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

**Art. 8º** - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de novembro de 2019.

  
**Ângelo Rafael Ferreira dos Santos**  
**Prefeito**